

# GUERRA JUSTA E GUERRA INJUSTA

Por Gabriel Camilli\*



*Monumento aos Mortos na Guerra das Malvinas na Plaza San Martín em Buenos Aires, Argentina  
(Roberto Fiadone/Domínio Público/Wikimedia Commons).*

*A história nos mostra que o Império Britânico sempre travou disputas colonialistas, e objetivos de mera conquista e expansão econômica geram guerras injustas.*

**P**ela primazia do bem comum, que deve ser amado e servido e passa a ser identificado com patriotismo, cada cidadão está moralmente obrigado a promover, manter e defender tudo o que é devido à nação como comunidade política.

Podemos considerar que a disponibilidade permanente de doação ao bem comum é a justiça em seu mais alto grau, e isso se traduz em serviço e amor à pátria. A Pátria é, sem dúvida, o “lugar onde se nasceu”, segundo as palavras de Cícero; desde que a expressão “lugar” seja entendida como um elo verdadeiramente constitutivo do homem que carrega consigo sua geografia, sua paisagem e seu espaço. Só o homem é capaz de tal vínculo e, portanto, só o homem tem uma Pátria.

É aquele todo real constituído por uma comunidade acordada de pessoas substancialmente relacionadas com um território. Este último expressa a sua natureza em linguagem específica, transmitindo intrinsecamente uma tradição histórica e cultural orientada para a meta principal do homem, que é Deus e sua vontade soberana. Neste sentido, o patriotismo faz parte da justiça porque é piedade, como o amor que se tem pela terra dos pais, é reconhecimento e amor à Pátria como dom, pois é concedido junto com a existência.

## GUERRA JUSTA

Por isso sublinhamos, mais uma vez, a doação permanente ao bem comum se define como justiça e patriotismo. E, especificamente no caso das Malvinas, o bem comum e a justiça foram gravemente feridos, violando assim o direito natural argentino devido à usurpação britânica das Ilhas Malvinas desde 1833.

É por isso que fomos moralmente forçados a recorrer à guerra justa. Seguindo os ensinamentos de São Tomás (S. Th. II, II, 40:1), assim como os de Santo Agostinho e de toda a tradição, o sábio espanhol criador do direito internacional, Francisco de Vitoria, resumiu a doutrina dizendo que a causa justa da guerra são os danos sofridos. E precisamente, a causa de uma guerra justa é, acima de tudo, a reparação do direito a um bem comum claramente violado.

É claro que, em se tratando da reparação de um direito já transgredido, como é o caso das Malvinas, a batalha foi essencialmente justa e, de nossa parte, ocorre a busca de justiça para reparar os danos causados, de uma restituição devida à Pátria pelo direito natural e pelo direito positivo. Na verdade, quando a Inglaterra atacou nosso direito efetivamente exercido sobre as Malvinas e as ilhas do Atlântico Sul, usurpando-nos a posse, em 1833, cometeu um ato de tal natureza que podemos dizer que continua até hoje atacando a Argentina, segundo a segundo, por mais de um século e meio.

Não foi um acontecimento que desapareceu imediatamente, mas, pelo contrário, continuou e continua a ocorrer contra a nossa soberania. Não nos façamos de desentendidos: a terra e os mares da Pátria estão usurpados! Por esta razão, em 1833 (não agora) a Inglaterra forneceu uma causa de guerra justa em nome da Argentina e, para nós, foi a causa motivadora em todos os momentos durante o tempo que passou até hoje.

## COMPLETA FALÁCIA

Neste sentido, a afirmação de diversos aliados da Inglaterra de que a Argentina é o país agressor porque tentou restaurar o controle das Malvinas e outras ilhas em 2 de abril de 1982, é uma completa falácia. Representa a falta de conhecimento integral de todas as coisas. Temos que deixar bem claro que, quando se trata de soberania, renunciar a alguma coisa equivale a renunciar a tudo. Poderíamos chamar isso de pecado de alta traição. Isso deve ficar definitivamente claro, especialmente diante de tanta confusão e tentativas burlescas de ficar bem com os poderosos, buscando fórmulas ridículas de “guarda-chuvas”, “Winnie-the-Pooh” e outras ervas...

Com este objetivo é importante lembrar que houve pelo menos cinco invasões inglesas ao nosso país: em 1762, 1806, 1807, 1833 e 1845. A primeira tentativa inglesa de invadir a Argentina foi na época do governador Cevallos, que mais tarde seria vice-rei do Rio da Prata. Tudo começou em 1762, quando foi organizada uma frota para capturar Buenos Aires sob comando do almirante John MacNamara. Ele veio com o “negreiro” John Reed, que passou algum tempo traficando escravos

negros em Buenos Aires. Esta foi uma concessão que a Inglaterra obteve e que explorou durante muitos anos, introduzindo e comercializando escravos.

No Rio de Janeiro, navios portugueses juntaram-se à expedição, e como Cevallos havia tomado Colônia do Sacramento, MacNamara tentou primeiro ocupá-la e depois atacar Buenos Aires. Ele falhou em 24 de dezembro e retornou em 6 de janeiro de 1763. Não foi recebido pelos Três Reis Magos, mas pelos canhões dos defensores que destruíram o navio do almirante. Concluindo, MacNamara e Reed, entre outros, morreram, encerrando assim sua trágica aventura.

Depois ocorreram as invasões de 1806 e 1807, quando o inimigo encontrou uma derrota esmagadora nas mãos do injustamente esquecido Santiago Antonio María de Liniers y Bremond. Em 1833 ocorreu a usurpação das Ilhas Malvinas e, em 1845, na Vuelta de Obligado, tentaram novamente subjugar nossa soberania e entraram em confronto com o espírito altivo e nobre dos *criollos* comandados por Juan Manuel de Rosas. Como vemos nesta extensa história, nosso inimigo trava sempre disputas colonialistas; portanto, é óbvio que a mera conquista e expansão econômica geram guerras injustas.

Mas, paradigmaticamente, a agressão e anexação de territórios pela Inglaterra na Índia, Malásia, África, Europa e América nunca constituíram motivos de guerra legítimos e nem conferiram o direito à guerra. Portanto, vale a pena argumentar que, no geral, o império inglês dos séculos XVIII e XIX foi fundado inteiramente em confrontos injustos.

A usurpação das Malvinas e suas dependências deve situar-se neste quadro geral. Se somarmos a isto, hoje, as características destacadas pelos moralistas como típicas da guerra injusta, especificamente, o mero desejo de vingança e as reações de orgulho nacional herdado ou de prestígio violado, é ridículo observar como a Inglaterra consegue alcançar uma rara e nada desprezível posição mundial.

## MOTIVOS LEGÍTIMOS

Nos enche de satisfação, tanto moral como intelectualmente, possuir a evidência total de um fato quase incomparável e único no mundo louco e instável de hoje e daquele de 1982. A Argentina reuniu e pode invocar todos os motivos legítimos de uma nação que lutou e luta de forma justa. Ninguém quer o conflito e este deve se encerrar com a paz.

Se acrescentarmos a isto a atitude cristã da Argentina, nada está mais longe disso do que o ódio ao inimigo. Desta forma, entende-se que, quando alguém está em batalha, seu espírito deve estar seguro e protegido. Estes soldados (jovens soldados e não *chicos de la guerra*), fidalgos modernos, enfrentaram o perigo e a morte como ato supremo de doação ao bem comum da Pátria com espírito magnânimo e heroico.

Por outro lado, aos elementos da guerra justa somam-se outras implicações históricas de importância transcendental como não ocorria desde 1845. A consciência cristã que descobriu a América Latina carrega em si a tradição bíblico-cristã, bem como as tradições grega, latina e ibérica.

Estas tradições dirigem-se, em primeiro lugar, ao Mediterrâneo como veículo natural das três principais penínsulas (Grécia, Itália, Espanha), devido ao trabalho da Espanha na travessia do Atlântico e sua transformação em um segundo Mediterrâneo. Ao final desta, outra península histórica, a do extremo sul da América Hispânica, aparece como herdeira, junto com a América Latina, daquelas tradições grega, latina, ibérica e cristã.

Estas nações, unidas por fé, história, cultura e língua comuns, representam um mundo completamente diferente daquele dos gigantes deste século. Somente esta parte mutilada do mundo, o conjunto das nações ibéricas, mantém a validade de uma concepção de vida que não é de forma alguma uma “síntese” ou solução intermediária entre as demais, mas, antes, algo essencialmente diferente e, por que não, uma última esperança para este mundo dilacerado e em processo de autodissolução.

## UNIÃO IBEROAMERICANA

O ato supremo da Argentina retomando as Malvinas naquele glorioso 2 de abril de 1982, diante dos poderosos que querem ignorar a justiça de sua ação, talvez possa abrir a porta para um futuro de união iberoamericana para nos fortalecer e restaurar a Reunificação da Hispanidade. Este é o objetivo perseguido em nosso próximo I Congresso de Reunificação da Herança Hispânica, que ocorrerá no próximo mês de maio na cidade de Cartagena de Indias, na Colômbia. A adesão de toda a Iberoamérica à façanha das e pelas Malvinas é um exemplo evidente da justa causa desta luta sustentada pela Argentina. Permitiu emergir na superfície histórica um mundo cristão mais justo, não coincidente com o das potências de hoje e que todos os povos iberoamericanos puderam perceber através dos fatos que esta luta trouxe à luz.

Por um destino que muitos não conseguem perceber, vale a pena lutar e morrer.

Apropriadamente, precisamos nos lembrar de nossos mortos, militares e civis, que deram a vida pela Pátria. A estas figuras exemplares que regaram com seu sangue as nossas ilhas e os mares gelados do sul, aos heróis que são tão necessários como os santos para que um povo se realize. Às famílias, aos pais que ficaram sem os filhos e aos filhos que ficaram sem os pais. Às mulheres que ficaram viúvas quando algumas apenas começavam a viver. Honramos profundamente a todos eles e muitos mais.

## CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Mas e agora? O resultado da luta foi adverso para nós e seria inútil esconder a dor profunda que isso nos causa. Mas seria no mínimo absurdo ignorar os benefícios produzidos pelo próprio fato da guerra vivida, em primeiro lugar, pelos soldados que lutaram com coragem e heroísmo e escreveram com seu sangue uma página brilhante da nossa história. E, sem dúvida, um combate vivido também por todos os argentinos cujos corações ardiam na unidade, inflamados pelo amor patriótico a uma causa nacional e pela justa consciência deste feito solene sustentado contra

o usurpador inglês. Fomos derrotados, mas não vencidos. Tal como em 1833, um ato de força nos tirou o que sabemos ser nosso e que nos pertence por direito.

O resultado adverso da luta não altera a justa razão que temos sobre as Malvinas. Antes, pelo contrário, foram assinados com o sangue derramado, arejados por aquelas vozes inabaláveis do além-túmulo que ainda clamam por justiça e pela vontade determinada de toda a Nação. A Pátria enriqueceu seu patrimônio de glória e honra.

A conscientização e a educação contínuas sobre essas questões são essenciais para manter intacta a nossa identidade. Não nos esquecemos disso no Instituto ELEVAN e incansavelmente, ano após ano, realizamos a diplomação universitária “Malvinas, Educação e Soberania” para ensinar a ensinar a Obra da Pátria, cuja informação está disponível no portal: [www.elevanargentina.com.ar](http://www.elevanargentina.com.ar).

Por fim, queremos destacar que neste artigo nos inspiramos em dois textos publicados em 1982 pelo Dr. Alberto Caturelli e pelo Dr. Bernardino Montejano, a quem admiramos e seguimos.

## BIBLIOGRAFIA

**DE AQUINO**, São Tomás. *Suma Teológica II. Volumes I e II*. Biblioteca de autores cristãos. Segunda edição, Madri, 1993.

**DE VITORIA**, Francisco. *Reelecciones sobre los indios y el derecho de guerra*. Espasa-Calpe. Terceira edição, Madri, 1975.

Publicado no [La Prensa](#).

---

*\*Gabriel Camilli é coronel-major da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.*

---